

Representações sobre os indígenas no Oeste Catarinense

Análise das publicações do jornal *Diário do Iguazu* (2001-2017)

Representations about indigenous peoples in western Santa Catarina state: analysis of the publications of the *Diário do Iguazu* newspaper (2001-2017) / Representaciones sobre pueblos indígenas en el oeste de Santa Catarina: análisis de las publicaciones del periódico *Diário do Iguazu* (2001-2017)

Géssica Pinto Rodrigues

Mestranda em História na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Brasil.
gessyfamilia@gmail.com

Jaisson Teixeira Lino

Doutor em Quaternário pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro, Portugal. Professor associado do Programa de Pós-Graduação em História da UFFS, Brasil.
lino@uffs.edu.br

RESUMO

O artigo propõe a análise das publicações do jornal *Diário do Iguazu* que tratam dos indígenas no Oeste Catarinense, visando compreender as representações atribuídas pelo periódico a esses povos e as relações entre os conteúdos publicados e os conflitos sociais por eles vivenciados. Busca-se também ressaltar as contribuições dos periódicos como fonte para a pesquisa histórica.

Palavras-chave: história indígena; história e imprensa; representações culturais; Oeste Catarinense.

ABSTRACT

The article proposes an analysis of the publications of the *Diário do Iguazu* newspaper that deal with the indigenous peoples in western Santa Catarina state, Brazil, aiming to understand what are the representations that this periodical attributes to these peoples and what are the relationships between the content published and the social conflicts they experience. It also seeks to highlight the contributions of periodicals as a source for historical research.

Keywords: indigenous history; history and media; cultural representations; west of Santa Catarina.

RESUMEN

El artículo propone el análisis de las publicaciones del periódico *Diário do Iguazu* que tratan de los pueblos indígenas en el oeste de Santa Catarina, buscando comprender cuáles son las representaciones que el periódico atribuye a estos pueblos y cuáles son las relaciones entre los contenidos publicados y los conflictos sociales por ellos vivenciados. Se busca también resaltar las contribuciones de los periódicos como fuente para la investigación histórica.

Palabras clave: historia indígena; historia y prensa; representaciones culturales; oeste de Santa Catarina.

Introdução

Tratados como “improdutivos” e “aculturados”,¹ os indígenas se veem desrespeitados e discriminados não apenas pela sociedade e pelos governantes, mas também por meio da veiculação de notícias jornalísticas, por vezes acirrando os ânimos em meio aos conflitos estabelecidos com os não indígenas no Oeste Catarinense. Nesse sentido, são comuns as noções pré-concebidas e a idealização de estereótipos no que tange à cultura indígena naquela região.

Neste artigo, buscamos analisar de que modo o *Diário do Iguaçu* os caracteriza, quais as relações entre as publicações e os conflitos sociais indígenas, assim como abordar as contribuições dos periódicos em geral como fonte para a pesquisa histórica e para a produção da história contemporânea dos grupos indígenas, não apenas do Oeste Catarinense, de modo a contribuir com as demandas por justiça e cidadania.

Para analisar as representações das populações indígenas por meio da imprensa escrita no Oeste Catarinense durante o século XXI, a principal fonte utilizada é o jornal *Diário do Iguaçu*. O recorte recai sobre as notícias e charges veiculadas entre 2001 e 2017, que tratam sobre as demandas, representações culturais, ações políticas e sociais, buscando fomentar maior discussão e interesse acerca das problemáticas relacionadas à imagem que se forma das populações indígenas.

O jornal *Diário do Iguaçu*, criado em março de 1997, possui tiragem atual de 12.800 exemplares, circulando em 84 municípios do oeste de Santa Catarina. As publicações abrangem a maior parte da região estudada, totalizando 118 municípios, sendo o principal periódico entre os cinco mantidos pelo grupo de telecomunicações RedeComSC, presidido por Lenoires da Silva.

A análise da fonte se dá por meio da história cultural e a das informações, pela abordagem analítica e qualitativa. A primeira, devido à análise das representações atribuídas aos povos indígenas pela imprensa escrita no Oeste Catarinense; a segunda, por abordar determinadas matérias que possuem relação com os povos supracitados, entretanto, sem a pretensão de incluir todas as publicações que tratam do tema no recorte temporal pesquisado.

No campo da história cultural, os historiadores que a aplicam se caracterizam por centrar os interesses no simbólico e suas interpretações. Nesse sentido,

¹ Aculturação: antrop. s. f. Adaptação de um indivíduo ou de um grupo a uma cultura diferente com a qual mantém contato direto e contínuo; aculturamento. *Michaelis on-line*. Disponível em: [http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/acultura%
c3%a7%-c3%a3o/](http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/acultura%c3%a7%-c3%a3o/). Acesso em: dez. 2018.

tratamos dos conceitos de cultura e representação propostos por Stuart Hall na obra *Cultura e representação* (2016) e seguimos a vertente antropológica do termo cultura, descrito por Roque de Barros Laraia em *Cultura: um conceito antropológico* (1986), o qual enfatiza aspectos que caracterizam o “modo de vida” de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social.

Em meio aos conflitos e reivindicações dos indígenas pelo reconhecimento de suas especificidades, a primeira parte do artigo expõe um pouco da trajetória dos povos indígenas no oeste de Santa Catarina, com ênfase para as questões concernentes ao povoamento desses grupos na região, que remonta aos períodos anteriores à chegada do colonizador. Aborda, em seguida, o processo de colonização ocorrido nos chamados Campos de Palmas, que abrange o atual Oeste Catarinense, e suas consequências para os indígenas que já habitavam esse espaço. Ressalta também as vivências e conflitos dessas populações na busca por recuperar seus territórios tradicionais e garantir seus direitos.

Na segunda parte, tem maior destaque, sob o embasamento teórico supracitado, a análise das representações contidas nas publicações do jornal *Diário do Iguçu* que tratam dos indígenas do Oeste Catarinense e a relação dessas notícias com os conflitos estabelecidos na região. Dessa forma, são examinadas as matérias nos assuntos encontrados: indígenas no espaço urbano, suas reivindicações, debates sobre demarcação de terras tradicionais e reservas indígenas, Dia do Índio, crimes, inclusão indígena, homenagem aos indígenas e estereótipos.

O povoamento da região Oeste de Santa Catarina

Há milhares de anos o Oeste Catarinense é habitado por populações indígenas, conforme destacam as pesquisas arqueológicas realizadas na região,² mas, do mesmo modo que ocorreu em outras regiões do Brasil, a espoliação de seus territórios e a negação de suas especificidades viabilizaram a redução demográfica e o aumento dos litígios que abrangem suas demandas nesse espaço.

Jaisson Teixeira Lino (2015) destaca que os grupos humanos pioneiros na ocupação do atual território sul-brasileiro, portanto, do Oeste Catarinense, são os caçadores-coletores nômades, povos de matriz linguística jê e tupi-guarani. Os primeiros chegaram ao sul há cerca de 12 mil anos: os povos nômades

² Pesquisas realizadas desde fins do século XIX, por exemplo, do engenheiro alemão naturalizado brasileiro Maximiliano Beschoren (1847-1887) no vale do Goio-en, do padre jesuíta e arqueólogo Pedro Ignacio Schimitz (1929-), na região do alto rio Uruguai, e da arqueóloga Marilandi Goulart, que coordenou projetos de salvamento arqueológico em diversos locais às margens do rio Uruguai, dentre outros (Carbonera; Lino; Onghero, 2017, p. 21-26).

denominados pela arqueologia de “tradição umbu”. Os povos de matriz linguística jê chegaram à região há 2,5 mil anos: povos atualmente mais conhecidos pelas denominações de kaingang e xoklengs. Já as populações de matriz linguística tupi, chamadas de guaranis, chegaram por volta de dois mil anos atrás, oriundas da Bacia Amazônica.

Nesse sentido, a arqueologia aponta para a presença imemorial dos povos pré-coloniais na região Oeste de Santa Catarina, principalmente nas várzeas dos grandes rios e afluentes. Com a chegada dos europeus, são modificadas as relações culturais e a demografia dos grupos étnicos que aqui viviam. A invasão dos territórios pertencentes aos nativos, a exploração da força de trabalho, os conflitos estabelecidos em prol da dominação colonial europeia e as epidemias causaram um genocídio sem precedentes, diminuindo imensamente a quantidade de indígenas nas diversas regiões do atual território brasileiro.

A expansão colonial nos Campos de Palmas

A inserção do não indígena nos chamados Campos de Palmas alterou profundamente a trajetória dos povos indígenas no Oeste Catarinense. A chegada de Pedro de Siqueira Côrtes³ à região, em 28 de abril de 1839, marcou o início de um contexto problemático na convivência entre indígenas e não indígenas. Em seguida, implantaram-se políticas de confinamento dos grupos indígenas em aldeias, como forma de garantir a liberação dos demais territórios para a exploração dos recursos naturais e a expansão das áreas de fazenda (Facco; Piovezana; Onghero, 2017, p. 159).

Já durante a República, em 1910, os indígenas passaram a ser tutelados e confinados em aldeamentos pelas ações do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) que, a partir de 1918, passou a ser denominado apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Este órgão federal era responsável pela assistência aos indígenas, no entanto, de maneira contraditória, sua atuação beneficiou os interesses da colonização e da exploração madeireira. Em 5 de dezembro de 1967, é criada a lei n. 5.371, que estabelecia o início das atividades da Fundação Nacional do Índio (Funai). Este órgão tampouco agiu para facilitar a devolução das terras ou melhorar a situação dos indígenas.

A ocupação e a colonização do oeste de Santa Catarina reafirmam o esboço oficial dos territórios indígenas, marcado pela negação dos direitos desses povos, que habitam a região desde tempos imemoriais. Os indígenas, por sua

3 Bandeirante curitibano que iniciou o processo de colonização nos Campos de Palmas.

vez, não podem ser considerados agentes passivos desse processo, pois não foi pouca a resistência que ofereceram à ocupação. Os kaingang e guaranis inúmeras vezes reivindicaram e ainda reivindicam a garantia dos próprios direitos, buscando a valorização e a afirmação de especificidades culturais em meio ao cenário de hostilidade aos que são diferentes da maioria. Nesse sentido, o tópico a seguir destaca os conflitos pela posse de territórios tradicionais indígenas no oeste de Santa Catarina.

Os indígenas do Oeste Catarinense na atualidade e os conflitos pela recuperação de seus territórios tradicionais

No que tange às demandas indígenas pela posse de terras no oeste de Santa Catarina, a sociedade e os governantes utilizam-se da definição de trabalho para justificar a exploração dos territórios indígenas e deslegitimar as reivindicações destas populações em relação à recuperação de espaços de ocupação tradicional. Desses movimentos, destacamos as disputas pelos territórios do toldo Chimbangue, da aldeia Condá, do toldo Pinhal, do toldo Imbu e de Araça'í, situados no Oeste Catarinense.

O toldo Chimbangue é uma terra de ocupação tradicional situada entre o rio Irani e o rio Lamedor. O uso do território pelos indígenas foi restringido a partir do processo de colonização estabelecido por agricultores originários de antigas colônias do Rio Grande do Sul. A luta pela recuperação desse território teve início na década de 1980, quando os indígenas do Chimbangue passam a buscar judicialmente meios para assegurar sua posse (Bloemer; Nacke, 2007, p. 57-58). Após muita luta por parte desses indígenas e mobilizações por diversos setores da sociedade catarinense, e parcela da sociedade civil, em 30 de dezembro de 1985 é estabelecido o decreto presidencial n. 92.253, que garantiu o reconhecimento e a demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbangue, assim como a indenização e o reassentamento dos agricultores que nela viviam (Facco; Onghero; Piovezana, 2017, p. 165).

A aldeia Condá, diferentemente, é reserva resultante de processo de negociação, haja vista o reconhecimento do espaço urbano da cidade de Chapecó como território tradicional dos kaingang. Os indígenas desse grupo, na década de 1980, ocuparam uma quadra do bairro Palmital e ali formaram a aldeia Condá. Entretanto, para os governantes e a sociedade chapecoense, a presença indígena em espaços urbanos foi considerada inadequada. Por essa razão, foi instituído, pela Funai, um grupo técnico que elegeu um espaço de 2,3 mil hectares na localidade de Água Amarela, zona rural de Chapecó, para a criação da Reserva Indígena Aldeia Condá (Facco; Onghero; Piovezana, 2017, p. 169-172).

A Terra Indígena (TI) Toldo Pinhal é área de ocupação kaingang, localizada no município de Seara, parte central do Oeste Catarinense. Essa TI, segundo dados da Funai, possui 121 indivíduos dispostos em área de 4.846 hectares, identificada por meio de grupo de trabalho, que, em julho de 2003, reconheceu o direito dos kaingangs sobre as terras, as quais eram reivindicadas desde 1991. A regularização dessa TI ainda não ocorreu, apesar de já ter sido declarada área indígena.⁴

No toldo Imbu, espaço de ocupação tradicional kaingang, foram declarados terra indígena 1.965 hectares. A demarcação dessa TI se iniciou em 2007, quando foi publicada a portaria declaratória; entretanto, a luta pela retomada das terras começou em 1998, quando nove famílias kaingangs que residiam na TI Xaçecó retornaram ao Imbu. Os indígenas do Imbu são marcados pela memória do episódio em que o grupo foi removido de forma violenta para o Posto Indígena Xaçecó, sendo colocado em caminhões fretados e levado para área a que não pertencia (Nacke et al., 2007, p. 68). Desde 2007, entretanto, os indígenas do toldo Imbu esperam pela regularização de suas terras.

As populações kaingangs presentes no Oeste Catarinense, apesar de estarem marcadas pela expropriação de suas terras e pela exploração de seus recursos, resistiram aos avanços da sociedade não indígena, buscando preservar os traços culturais como meio de reafirmar a identidade étnica, pois, mesmo diante do contato com grupos não indígenas, continuam a se reconhecer na divisão em duas metades exogâmicas, Kamé e Kairu,⁵ que os diferencia também de outras etnias indígenas, e mantêm, mesmo sob constantes dificuldades, o uso da língua kaingang e o ritual do KiKi⁶, que visa à quebra de relações entre os mortos e os vivos.

Quanto à presença dos indígenas da etnia guarani na região, Cemin e Langer (2003, p. 244) destacam que especificamente os mbyá guarani a ocupam desde longínquas datas, conforme pesquisas arqueológicas, registros históricos, relatos e fotos dos próprios colonos. Essa ocupação, porém, foi interrompida com a chegada dos colonizadores, que iniciaram, a partir de 1923, um processo de expropriação e controle das terras desses indígenas, na localidade de Araçá'í, situada nos

4 Funai. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 31 maio 2018.

5 Segundo a tradição kaingang, Kamé e Kairu são os ancestrais de seu povo e é a partir dessas denominações que as crianças são batizadas e depois têm seus casamentos definidos. Um Kamé só pode se casar com um Kairu e vice-versa (Nacke et al., 2007, p. 35).

6 Ritual realizado a partir da solicitação expressa dos parentes de indivíduos mortos. Devem ser feitos pedidos de parentes de mortos correspondentes a ambas as partes exogâmicas kaingangs, se houver solicitação apenas por parte de parentes da metade Kamé, por exemplo, o ritual não se efetua (Nacke et al., 2007, p. 35).

municípios de Saudades e Cunha Porã. Desde então, sendo impossibilitada a permanência dos indígenas em seus territórios tradicionais, a população do Araçá dispersou-se e refugiou-se em reservas xoklengs e kaingangas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas, apesar da situação de exílio, não abandonaram o uso da língua nem os costumes tradicionais guaranis, assim como não desistem do objetivo de retornar ao Araçá (Cemin; Langer, 2003, p. 254-255).

Diante disso, ser indígena no Oeste Catarinense é ter de resistir aos avanços territoriais e culturais de grupos não indígenas, que não os reconhecem em suas especificidades culturais e identitárias e, ainda, os acusam de intrusos e de não contribuírem para o progresso da região. Nas últimas décadas, os indígenas do oeste de Santa Catarina têm buscado, portanto, a garantia de seus direitos constitucionais e o reconhecimento de suas especificidades étnicas e culturais, razão pela qual acabam por ganhar destaque na mídia e no cotidiano dos habitantes da região.

Análise das publicações do jornal *Diário do Iguçu* (2001-2017)

Concernente à análise das publicações do jornal *Diário do Iguçu*, do recorte temporal, de 2001 a 2017, a escolha dos meses pesquisados se deu conforme critérios pré-estabelecidos. Definimos a importância do mês de abril devido à comemoração do Dia do Índio. Também optamos, em virtude de situações encontradas durante a pesquisa, por não selecionar os dois meses que antecedem os períodos eleitorais, visto que as publicações estavam centradas na disputa e na propaganda política. Outro fator de escolha foi a constatação de que, com raras exceções, no mês de dezembro as publicações tratavam das festas natalinas e do Réveillon, não havendo notícias sobre indígenas.

Com a pesquisa, encontramos 119 publicações que tratam das populações indígenas: nove sobre o Dia do Índio, nove tratam de crimes, 62 concernem a disputas por terra, cinco referentes à imagem estereotipada que se faz dos indígenas, duas homenagens, seis acerca da inclusão indígena, cinco apresentam a questão dos indígenas no espaço urbano e 21 abordam as reivindicações dessas populações.

As publicações do jornal *Diário do Iguçu* que tratam das populações indígenas no Oeste Catarinense não se configuram apenas como relato de fatos, mas incluem a produção de significações sobre esses grupos, cultura e identidade. Conforme Roque de Barros Laraia (1986, p. 72), o homem vê o mundo através de sua cultura e isso o leva a considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Nesse sentido, analisamos as fontes por meio dos termos utilizados nas publicações para definir os indígenas, suas ações culturais e práticas

diversas. Também tem destaque a escolha dos entrevistados, se são indígenas ou não, e quem ou quais interesses eles representam.

Dia do Índio

O Dia do Índio, criado em 1943 pelo presidente Getúlio Vargas, pelo decreto-lei n. 5.540, devido à participação, tardia e receosa, dos indígenas no I Congresso Indigenista Interamericano, no dia 19 de abril, é nacionalmente marcado por atividades lúdicas nas escolas, com audição de músicas, pinturas faciais e brincadeiras que remetem às populações indígenas brasileiras e, por vezes, também são feitas visitas a aldeias para assistir a apresentações realizadas pelos indígenas. O professor indígena Ricardo Weibe Nascimento Costa (Weibe Tapeba) ressalta que o Dia do Índio abriga a visão mais genérica dos indígenas brasileiros, pois atribui a existência desses povos apenas ligada ao dia 19 de abril. Desse modo, passado o dia comemorativo, nem a sociedade, nem o governo agem de modo a valorizar os povos indígenas e suas diferenças (Costa, 2009, p. 26).

No jornal *Diário do Iguazu*, são muitas as publicações que tratam desse dia específico. No recorte temporal pesquisado, as matérias dos primeiros anos são de cunho mais preconceituoso. Exemplo disso é a publicação de 23 de abril de 2001, intitulada “Kaingangs festejam Dia do Índio com hábitos dos ‘brancos’”, ou seja, o indígena existe em referência ao não indígena e o fato de se comemorar a data com a realização de brincadeiras feitas pelos intitulados “brancos” remete à miscigenação cultural, isto é, eles estariam se aculturando ao não se alicerçarem apenas em suas tradições.

Na mesma notícia há uma foto de crianças indígenas jogando futebol em meio à comemoração, com a seguinte legenda: “Futebol: De longe, nem parece que são indígenas, mas todos falam kaingang”. Assim, a representação do indígena se dá especialmente por sua aparência física e vestimentas, mas a imagem observada não seria a representação do “índio ideal”.

Outro fator relevante presente nas notícias do periódico sobre o Dia do Índio, principalmente nos primeiros cinco anos do recorte pesquisado, apesar das publicações abordarem fatos referentes aos indígenas, na maioria das vezes as entrevistas são realizadas com não indígenas, que falam em sua defesa. Por exemplo, na do dia 18 de abril de 2006, que trata da visita de indígenas caiapós a Concórdia, é apresentada a fala de sertanista que os acompanha, ou seja, a “voz autorizada” (Rocha, 2016), nesse caso, é de alguém que diz representar seus interesses.

Com o passar dos anos, sob forte influência do processo movido pelo Ministério Público Federal contra o periódico analisado por crime de racismo

em relação aos indígenas, as publicações ganham novas conotações, nas quais os indígenas passam a ter mais espaço, mas, ainda assim, o desenvolvimento e a evolução dos jornais são pautados nas diretrizes estabelecidas pela visão de progresso, muito presentes na mentalidade do colonizador. Exemplo disso é a notícia intitulada “Desenvolvimento e tradição”, em que a comunidade indígena toldo Chimbangue é vista como aldeia “que acompanha mudanças e evolui, porém, tem como meta não deixar as tradições de lado” (*Diário do Iguazu*, 19 abr. 2012). Nesse sentido, “porém” denota contrariedade, ou seja, o desenvolvimento não está associado às tradições.

O Dia do Índio, portanto, é uma data em que são lembradas as populações indígenas brasileiras, suas demandas e dificuldades; isso é nítido também nas publicações do jornal *Diário do Iguazu*, entretanto, assim como a sociedade e os governantes, o periódico pesquisado não visa valorizar a cultura indígena e suas especificidades, antes os trata de modo a demonstrar que suas práticas têm se afastado das tradições e da cultura do índio idealizado pelos não indígenas.

Crimes

Os crimes encontrados durante a pesquisa que ganharam mais destaque pelo jornal *Diário do Iguazu* são: a morte do cacique da Terra Indígena Xapécó e vice-prefeito em Ipuacu, Orides Belino dos Santos; e a morte do sindicalista Olices Stefani, ocorrida em meio à disputa por terra no município de Abelardo Luz. O primeiro crime ocorreu em maio de 2003 e o segundo em fevereiro de 2004 e, mesmo sob proximidade temporal, ambos são noticiados de modo muito diferente pelo periódico, pois as publicações que tratam da morte do cacique apenas relatam como ocorreu, sem qualquer manifestação de indignação ou entrevista com familiares da vítima. As publicações que abordam a morte de Stefani, entretanto, são carregadas de palavras que denotam a revolta da população e a dor dos familiares, incluindo a ênfase na indignação de lideranças de entidades nacionais ligadas ao meio rural, assim como de autoridades e representantes políticos.

A notícia do dia 16 de fevereiro de 2005, denominada “Entidades lideram protesto contra assassinato de sindicalista”, enfatiza a enorme lista dos participantes para mostrar ao leitor a importância do protesto; do mesmo modo, o título da publicação busca reforçar esse sentido, pois são pessoas de destaque que lideram e organizam o ato. A legenda abaixo da foto da vítima, “Olices Stefani: Líder sindical tinha 52 anos de idade, casado, era pai de três filhas”, apresenta o sindicalista e seus laços familiares, visando também sensibilizar os leitores acerca da dor dos entes enlutados.

Stuart Hall (2016, p. 193) faz conexão entre representação, diferença e poder, na qual o poder não se resume à restrição ou coerção física direta, mas pode marcar, atribuir e classificar; ou seja, há poder na representação, poder que se revela em termos simbólicos e culturais mais amplos, incluindo o de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira. Nesse sentido, o jornal *Diário do Iguçu* lança mão de seu poder, associado à autoridade jornalística que possui, por sua ampla circulação na região, para marcar e estigmatizar os indivíduos indígenas acusados do crime e seu grupo. Em um período de intensos conflitos por demarcação de terras, a escolha dessa abordagem corrobora o posicionamento por parte do jornal, condizendo com a opinião do público leitor.

Disputa por terras

Iniciado o assunto disputa por terras, que marca os intensos conflitos entre indígenas e agricultores no Oeste Catarinense, a pesquisa apontou que cerca de metade das publicações encontradas no periódico são referentes ao tema. Esse aspecto, portanto, terá destaque especial, de modo que faremos uma abordagem sobre tais disputas e trataremos dos embates em toldo Chimbangué, toldo Imbu, aldeia Condá, toldo Pinhal e Araçá'í.

Toldo Chimbangué (Sede Trentin)

No jornal *Diário do Iguçu* são muitas as publicações referentes ao conflito em Sede Trentin. As notícias dos primeiros anos do recorte temporal pesquisado tratam do conflito de modo a destacar a propriedade da terra pelos agricultores, definindo os indígenas qual invasores, sequestradores e nômades, que poderiam ser assentados em outros locais para que os agricultores pudessem permanecer em Sede Trentin. No editorial de 16 e 17 de junho de 2001, o jornal afirma que os indígenas do Oeste Catarinense sempre viveram na condição de nômades, igualmente a outras etnias no país, enquanto os agricultores pagaram pelas terras em questão e possuem escrituras assinadas há muitas décadas. Considera, portanto, ilegítima a reivindicação dos indígenas pela demarcação daquela área específica, pois defende que eles poderiam ser assentados em qualquer outro lugar.

A mobilidade dos kaingang, segundo Kimiye Tommasino e Ledson Kurtz de Almeida (2014, p. 20-22), remete ao período anterior ao contato com as frentes de colonização, quando os antepassados indígenas viviam principalmente da caça e da coleta. Nesse sentido, após o contato, se produziu um novo tipo de mobilidade, que deriva da expropriação territorial e das políticas de confinamento.

Essa mobilidade, porém, tanto no período dos kaingangos caçadores-coletores como em épocas mais recentes, sempre se deu no interior de seus territórios.

O jornal também utiliza os novos costumes desses grupos para afirmar que eles estariam se aculturando. Suas reivindicações, portanto, por extensão, seriam inválidas. Nesse sentido, a charge de 31 de janeiro de 2001 exhibe a imagem de um agricultor que se revolta e ameaça um índio, prometendo-lhe sete palmos de terra. Ao correr, o indígena deixa cair um celular, demonstrando para o leitor que esse não seria um “índio autêntico”.

No que tange aos novos hábitos culturais, Laraia (1986) afirma que a cultura é dinâmica, pois os homens têm a capacidade de questionar os seus próprios hábitos e modificá-los. Por isso, o sistema cultural de determinado grupo tende a passar por constante processo de modificação, seja interna ou externamente, sendo no contato externo, entretanto, que ocorrem mudanças mais bruscas e rápidas em determinadas culturas. Segundo o antropólogo, surge então o conceito de aculturação, que trata das transformações nos hábitos culturais e comprova que a cultura está sempre mudando. Laraia afirma ser fundamental entender essa mudança para atenuar o choque entre gerações e evitar comportamentos preconceituosos (1986, p. 101).

Portanto, a colonização tornou necessária e até forçou a mudança nos hábitos culturais indígenas, já que a política indigenista, antes da Constituição de 1988, visava à expropriação de suas terras e sua integração à sociedade, de modo que fossem extintos física e culturalmente. A partir de 1988, apesar do reconhecimento de suas especificidades como grupo diferenciado, não conseguiram viver da mesma forma que o faziam antes do contato com o colonizador, tendo de se adaptar à nova realidade que lhes fora imposta.

Toldo Imbu (Abelardo Luz)

No jornal *Diário do Iguçu* são encontradas publicações sobre o toldo Imbu que tratam da disputa pela terra e suas consequências na comunidade regional; nesse sentido, ganhou maior destaque a já citada morte do sindicalista Olices Stefani. O periódico aponta as reivindicações dos indígenas com expressões como “invasão de propriedade”, “sequestro de veículos” e “cárcere privado dos agricultores”, do mesmo modo que retratou os indígenas acusados da morte de Olices Stefani como assassinos cruéis.

Em meio ao conflito, na publicação do dia 18 de fevereiro de 2004, é apresentado o Movimento de Defesa da Propriedade, Dignidade e Justiça Social (DPD), entidade de defesa dos agricultores, que, segundo o jornal, já havia conseguido

algumas vitórias, como a reintegração de posse de propriedades, a devolução de veículos sequestrados por indígenas de Nonoai (RS) e o resgate de pessoas que ficaram em cárcere privado. Na mesma publicação, entrevista-se o procurador da entidade, que questiona se os indígenas têm logística para se deslocarem de uma área para outra, como ocorreu em Abelardo Luz, ou se existem grupos que os conduzem nessas “invasões”. O procurador também fala da morte de Olices Stefani, afirmando desejar que as pessoas ligadas à defesa indígena expliquem aos filhos de Olices e à esposa por que ele morreu. Assim, o periódico concede espaço para que apenas pessoas e entidades ligadas aos interesses dos agricultores se expressem, principalmente no que concerne à indignação pela forma de os indígenas reivindicarem a demarcação de seu território.

É apenas em 2011, quando a terra indígena do toldo Imbu é reconhecida, por meio da portaria n. 793, como espaço de ocupação permanente dos kaingang, que o periódico publica, em 14 de janeiro, uma entrevista com o juiz da 2ª Vara de Chapecó, na qual ele explica os motivos para manter a portaria que reconhece a terra indígena, ressaltando a validade do estudo antropológico como meio de provar a ocupação tradicional indígena na área em disputa. Porém, essa é a única publicação que contempla um discurso em defesa dos direitos dos indígenas, embora a voz autorizada seja de um juiz federal e não dos indígenas.

Aldeia Condá (Praia Bonita)

A criação da reserva surgiu de acordo em que se convencionou a impossibilidade de se criar área indígena no espaço urbano de Chapecó, este sim local de ocupação tradicional kaingang. Desse modo, foi comprada outra área para a ocupação desse grupo, localizada entre a Linha Gramadinho e Praia Bonita, interior de Chapecó.

No recorte temporal pesquisado, foram encontradas duas publicações referentes ao conflito, pois em 2001 foi encerrado o processo de compra da área reservada aos indígenas. No dia 17 de julho de 2001, o jornal publicou a notícia intitulada “Sai esta semana escritura de parte da Aldeia Condá”, na qual se destaca a compra das terras dos agricultores pelo governo federal e a escritura de cem hectares de terra repassada aos indígenas da referida aldeia. Em 9 de agosto de 2001, o periódico faz a seguinte publicação: “Agricultores começam a sair das terras de Praia Bonita”, que trata da questão indígena em Praia Bonita, afirmando que ela está quase definida e que, segundo a Funai, 75 famílias indígenas passariam a ocupar a área. Nesse caso, devido à venda da terra sob o consentimento dos agricultores, não há qualquer menção à indignação por parte dos antigos

proprietários, nem é enfatizada a reivindicação dos indígenas pela posse da terra, de modo que não há representação negativa sobre este grupo.

Toldo Pinhal (Seara)

A Terra Indígena Toldo Pinhal, localizada no Distrito de Nova Teutônia, interior de Seara, possui área de 893 hectares, demarcados em 1996, após um movimento de reivindicação dessas terras, que se iniciou por volta de 1980. A partir da década de 1990, os indígenas que estavam dispersos pelas redondezas da área se veem diante de situação insegura, sem espaço adequado para se abrigar, e iniciam agrupamento significativo sob a liderança de João Maria Rodrigues, conhecido como o “cacique teimoso” (Giarretta; Lino, 2018).

O jornal *Diário do Iguçu* trata da demarcação do toldo Pinhal de maneira semelhante ao que retrata a disputa em Sede Trentin e Abelardo Luz, nas TIs Toldo Chimbangu e Toldo Imbu, respectivamente, ou seja, representa os indígenas na condição de invasores de terras, que fecham estradas e ameaçam os agricultores em suas propriedades. Na publicação de 8 de novembro de 2005, por exemplo, o periódico trata da ação de indígenas kaingang que ocuparam uma casa vazia no interior de Seara como meio de reforçar as reivindicações pela demarcação de suas terras tradicionais. Na publicação, é enfatizada a ameaça dos indígenas aos vizinhos da residência que “invadiram”, destacando, inclusive, os maus tratos que teriam infligido a uma senhora de 76 anos. Nesse caso, a publicação visa retratar os indígenas como invasores de propriedades alheias e agressores de vítimas indefesas.

Conforme as publicações do jornal pesquisado, as autoridades e lideranças locais se engajaram na luta em prol dos agricultores, seus discursos e ações; portanto, remetendo à criminalização dos indígenas e à desvalorização de suas demandas. Fernandes e Piovezana (2015) afirmam que as demarcações realizadas pela Funai no toldo Pinhal são fortemente contestadas pelas lideranças políticas locais, motivo pelo qual o processo de delimitação foi judicializado e há anos segue em análise na Justiça Federal. Com isso, os indígenas continuam a viver no ínfimo espaço demarcado em 1996, sem perspectiva de recuperar o espaço de ocupação tradicional.

Araçá'í (Cunha Porã e Saudades)

Em 2000, um grupo de indígenas mbiá guaranis ocupou área de terra nas localidades de Araçá/Araçazinho, nos municípios de Cunha Porã e Saudades, oeste

de Santa Catarina. Iniciou, com isso, a luta pela demarcação da terra indígena Araçá'í. Segundo Cemin e Langer (2003), uma retrospectiva histórica permite que o referido conflito seja identificado, de maneira latente ou manifesta, desde 1923, entretanto, é apenas em 2000 que os desterrados do Araçá'í ressurgem enquanto grupo étnico, determinados a retomar as terras tradicionais que lhes foram usurpadas.

A ocupação ganhou repercussão, tanto que o jornal *Diário do Iguçu* fez diversas publicações sobre o conflito estabelecido a partir de então, enfatizando sempre que as terras estão tituladas aos agricultores e que eles as possuem há mais de setenta anos, considerando, portanto, ilegítima a demanda indígena.

Conforme ressalta o periódico, “algumas destas terras já foram transferidas dos pais para os filhos e, finalmente, para os netos. São terras escrituradas com documentos de fé pública” (*Diário do Iguçu*, 24 maio 2002). Nesse sentido, defende-se a posse da terra pelos agricultores e destaca-se que a presença dos indígenas naquele local é recente, pois na publicação supracitada consta que eles teriam sido levados para Araçá apenas em 2000, quando lá ocuparam 49 hectares de terra.

Neste sentido, além de perder seus territórios durante o processo de colonização do Oeste Catarinense, os guaranis que reivindicam a recuperação da terra indígena Araçá'í se veem diante de uma comunidade regional que não os compreende na condição de grupo étnico de cultura diferenciada. Do mesmo modo, as representações que o jornal *Diário do Iguçu* lhes atribui visam enfatizar a recente chegada desses indígenas ao local, desconsiderando a ocupação tradicional, assim como definem o modo de ser indígena como impróprio para habitar área de produção rural e, com isso, buscam deslegitimar a luta pela recuperação da terra.

Indígenas no espaço urbano

Os indígenas kaingang de Chapecó foram expropriados de seus territórios, que se tornaram majoritariamente urbanos após a colonização, devido aos interesses da sociedade não indígena pela posse das terras. Segundo Facco, Lemes e Piovezana (2008, p. 185), com o processo de urbanização da região, os grupos indígenas foram alocados em áreas de difícil acesso e com poucas possibilidades de sobrevivência, retornando, conseqüentemente, aos espaços urbanos como peregrinos para vivenciar um processo de exclusão, discriminação e preconceito por parte dos não indígenas.

O jornal *Diário do Iguçu* tornou nítido em todas as publicações sobre esse tema que a presença indígena no espaço urbano é admissível apenas sob tutela, principalmente de órgãos assistencialistas. Os indígenas na área urbana da região Oeste são considerados um problema que deve ser resolvido pela Funai ou pelo Conselho Tutelar e até mesmo pela polícia. Exemplo disso é a publicação de 21 de janeiro de 2011, onde a situação dos indígenas é considerada uma vergonha, pois remete à mendicância, à prostituição e ao alcoolismo, de modo que o autor acusa a polícia e a Funai de não resolverem a situação.

Na mesma publicação, o autor afirma ser necessária a criação de políticas públicas para a manutenção dos indígenas na reserva, onde poderiam ser bem alimentados, educados e teriam seus direitos preservados. Por fim, acusa o governo federal de negligência por efetuar demarcações de terras indígenas, ameaçando tirar das terras os agricultores que produzem, sem antes resolver os problemas sociais que os indígenas vivem. Nesse sentido, a presença indígena no espaço urbano é relacionada aos conflitos por terra, nos quais os indígenas, para além das questões sociais que vivenciam, estariam também retirando os agricultores (produtores) de suas propriedades. Ademais, delimita-se um espaço onde a presença indígena seria aceitável, as reservas; entretanto, deve-se observar que a demarcação destas é vista de maneira negativa. As ideias, no mínimo, se contradizem, ficando evidente o não reconhecimento da ocupação imemorial dessas populações nas terras e a falta de compreensão de sua territorialidade.

Se a presença indígena em espaços urbanos não é bem vista pelo jornal, a reprovação é ainda mais nítida quando se trata da presença de crianças indígenas nas áreas centrais dos municípios. Essa visão negativa ganhou respaldo ainda maior com a morte de Naman Rosa, indígena kaingang de nove anos de idade, que comercializava artesanato e foi atropelado no centro de Chapecó, em janeiro de 2017. A partir de então, as discussões ganharam força entre os órgãos públicos do Oeste Catarinense, que passaram a cobrar ações da Funai e do Conselho Tutelar para resolver tais situações. Devido a essas cobranças, o jornal *Diário do Iguçu*, na publicação do dia 18 de fevereiro de 2017, elogia a ação do Ministério Público Federal para discutir e tentar resolver a questão da venda de artesanato por indígenas na cidade de Chapecó. O elogio provém principalmente do fato de que foi definido o reforço à campanha “Não dê esmola”, para que a população não faça contribuições financeiras às crianças indígenas situadas na zona urbana.

A presença indígena em espaços urbanos reflete a violência que esses povos sofreram após o contato com os não indígenas, quando foram discriminados, inferiorizados e explorados, sendo que, por estarem atualmente em situação de

abandono por parte do Estado, buscam sobreviver com a venda de artesanato nas cidades. No entanto, sua estada nas cidades é considerada inoportuna por governantes e pela sociedade, que acreditam ser de responsabilidade das autoridades e dos órgãos de assistência o controle sobre essas populações.

Estereótipos

Conforme Stuart Hall (2016), a representação envolve o exame mais aprofundado de um conjunto de práticas representacionais, podendo ser denominado de estereotipagem. A estereotipagem diz respeito a entender “o particular” em termos de seu “tipo”, ou seja, compreender algo por meio de um regime geral de classificação no qual ele se encaixa. Nesse sentido, a estereotipagem consiste em reduzir as características de uma pessoa a alguns de seus traços.

As charges, enquanto parte das publicações do jornal *Diário do Iguçu*, apresentam traços simplificados e exagerados sobre os indígenas, como geralmente o periódico os retrata. Exemplo disso é a charge do dia 5 de janeiro de 2001, que trata de questão relacionada à saúde indígena, haja vista as demandas dessas populações no que concerne ao atendimento pela Funasa, órgão responsável pela assistência aos indígenas até 2010, quando a responsabilidade passou a ser da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Nesse sentido, há uma representação de que os indígenas só têm interesse em receber atendimento se for gratuito.

Nas charges dos dias 2 e 26 de março de 2001, os indígenas são representados enquanto grupo que tem número considerável de integrantes. Isso se deve à mudança dos kaingang que residiam em outras TIs, no Rio Grande do Sul e Paraná, para a região, com o objetivo de recuperar as terras que ocupavam antes da colonização. O período de publicação das charges condiz com os intensos conflitos entre indígenas e agricultores, em meio aos processos de demarcação das terras indígenas.

A charge, nesse caso, cumpre a função de trabalhar com a dualidade do “sério” e do “ridículo”, “as representações contidas nas charges têm as dimensões da crítica e do humor que, por vezes, ridicularizam aquilo que está sendo representado (Brito, 2006 apud Coelho, 2016, p. 5). Explora-se, portanto, o cunho satírico da charge para representar os indígenas de forma simplista e preconceituosa, relacionando a sua presença na região com a futura mudança de hábitos da comunidade em geral, haja vista que eles passariam a “dominar”, em contingente populacional, os espaços que habitariam e suas proximidades.

Reivindicações indígenas

As reivindicações indígenas, geralmente, dizem respeito à garantia de seus direitos, ou seja, demarcação de terras de ocupação tradicional, atendimento médico e odontológico, acesso à educação, dentre outros. Apontamos a ocorrência de tais reivindicações como resultado de um processo histórico no qual os indígenas foram tutelados do Estado nacional, sofrendo todas as formas de violência, individuais e coletivas. E, apesar da conquista do direito à autodeterminação na Constituição Federal de 1988, a situação não se alterou muito, de modo que continuam lutando por maior autonomia e respeito por parte da sociedade envolvente e dos poderes instituídos (Tommasino; Almeida, 2014, p. 21).

No jornal *Diário do Iguçu*, as reivindicações indígenas, geralmente, são estampadas de três formas: a) com apenas uma descrição da reivindicação, acompanhada ou não de entrevista aos caciques ou representantes da Funai; b) com apresentação de um título que estigmatiza os indígenas, visando impactar o leitor; e c) com um título que faz parecer que os indígenas estão recebendo algum benefício ou ajuda, ao passo que, no decorrer da publicação, evidencia-se o “benefício” como resultado das reivindicações por eles feitas.

As publicações sobre as reivindicações indígenas que apenas apresentam uma descrição dos objetivos que os povos desejam atingir são mais comuns nos primeiros seis anos do recorte temporal pesquisado. Exemplo disso é a notícia do dia 10 de maio de 2002, intitulada “Encontro reúne líderes indígenas e representantes da Funai”, na qual são explicitados os desejos dos indígenas por mais atenção da sociedade e garantia de igualdade de direitos, assim como as reivindicações por maior área de terras demarcadas para que as comunidades possam praticar a agricultura. Nesse caso, o periódico nitidamente se abstém de fazer comentários ou emitir uma opinião.

As publicações do periódico que intitulam os resultados das reivindicações indígenas como benefícios ou ajudas recebidas são mais recorrentes nos anos finais do recorte temporal pesquisado. Por exemplo, na publicação do dia 2 de julho de 2012, intitulada “Aldeia Condá recebe força-tarefa”, é destacada a ação idealizada por órgãos como o Ministério do Trabalho e o Instituto Geral de Perícias para confeccionar documentos para os indígenas. No decorrer da notícia, entretanto, fica claro que a demanda pela produção desses documentos surgiu devido à sua falta em casos que os indígenas necessitavam deles, como para realizar viagens.

Inclusão indígena

No periódico pesquisado, as publicações que tratam da inclusão indígena se dividem em quatro assuntos, alguns desses já citados, que são: campanha de instituição religiosa em prol da valorização cultural indígena, formação de professores bilíngues, programa de habitação que beneficia os indígenas e o ingresso e permanência destes no ensino superior público.

No dia 14 de fevereiro de 2002, o jornal *Diário do Iguçu* publica matéria referente à Campanha da Fraternidade, promovida pela Igreja Católica Apostólica Romana, que anualmente aborda tema específico alusivo à realidade social brasileira, e que, naquele ano, tratava dos povos indígenas. Na publicação, em nenhum momento há qualquer posicionamento por parte do periódico, de modo que fica evidente a intenção do jornal em enfatizar que a fala em defesa dos indígenas partia do bispo de Chapecó.

Quanto à formação bilíngue, o acesso à habitação e ao ensino superior em instituições públicas, o jornal acentua, em todas as publicações por nós analisadas, que esses são benefícios ou ajudas oferecidas às populações indígenas por iniciativa de instituições e órgãos que se empenham em resolver seus problemas sociais, mesmo que isso não seja sua responsabilidade. A publicação do dia 31 de julho de 2006, intitulada “Formação para professores kaingang”, por exemplo, destaca a promoção de curso para formação bilíngue de professores indígenas, segundo o jornal, pela Secretaria da Educação, Ciência e Tecnologia, visando qualificar o sistema de ensino indígena, apesar dos sérios problemas que afligem esses povos.

Assim, o jornal supervaloriza as ações que visam à inclusão social indígena, destacando que seriam iniciativas caridosas voltadas para essas comunidades, que estariam envoltas em problemas sociais e com poucos membros qualificados para a atuação profissional. A valorização da cultura indígena, entretanto, não é tema de destaque para o jornal, sendo assunto de mera descrição, tratado por meio de entrevista.

Homenagem aos indígenas

No recorte temporal pesquisado são apenas duas as publicações que fazem homenagem aos indígenas. A primeira publicação é do dia 18 de março de 2013 e a segunda dos dias 8 e 9 de março de 2014. A primeira, chamada “As duas margens do rio”, presta homenagem aos kaingang da aldeia Condá e a segunda, intitulada “Índia morre aos 115 anos”, homenageia a trajetória de luta de Ana da Luz Fen’Nó, indígena da aldeia toldo Chimbanguê. Ambas as publicações fazem

uma contextualização histórica sobre os personagens homenageados, mas a primeira ocupa duas páginas inteiras do jornal, fato inédito, especialmente por se tratar de homenagem a grupo étnico discriminado e estigmatizado em meio aos conflitos por terra no Oeste Catarinense.

Apesar das já citadas representações negativas sobre os indígenas, no que concerne à disputa por terras da região, as duas publicações os apresentam como os povos originários e, portanto, primeiros ocupantes das terras. Este é um aspecto inédito, especialmente pelo fato de que, em todas as publicações anteriormente analisadas, os indígenas são representados como os primeiros a habitar esses espaços, mas que deixaram seus territórios, de modo que os colonos os haviam comprado. Assim, o jornal *Diário do Iguçu*, em sua homenagem aos indígenas, aborda um tema que só pode ser encontrado nos anos finais do recorte temporal pesquisado. De igual modo, a disposição de duas páginas para a publicação da homenagem, a realização de entrevistas com os próprios indígenas e a problematização da origem dos preconceitos associada à disputa pela posse da terra no Oeste Catarinense são aspectos que só podem ser encontrados nas duas publicações supracitadas.

Considerações finais

Os indígenas brasileiros exibem, em sua trajetória, as marcas da discriminação, do preconceito e da desvalorização dos traços culturais pela sociedade não indígena no Oeste Catarinense. Nesse contexto, o conflito entre indígenas e agricultores pela posse da terra é fator determinante para as percepções que a comunidade regional tem sobre os povos originários. O processo de colonização iniciado pelos europeus e seus descendentes desencadeou intensa disputa pela ocupação da terra na região, na qual os indígenas foram submetidos à expropriação de seus territórios, sendo impedidos de viver segundo sua cultura.

O jornal *Diário do Iguçu*, como parte da produção jornalística do Oeste Catarinense, atribui representações sobre os indígenas que estão relacionadas aos conflitos supracitados. Nesse sentido, constatamos que o periódico pesquisado os representa como indivíduos aculturados, por não fazerem uso apenas de suas tradições para viver, e destaca a disputa pela posse de territórios, há muito abandonados por eles, com agricultores, que pagaram pelas terras e delas possuem escrituras. As publicações dos primeiros anos do recorte temporal pesquisado representam os indígenas de maneira mais preconceituosa, porém, nos últimos anos, especialmente a partir de 2012, eles têm sido retratados mais positivamente, chegando a receber homenagens, dirigidas a um grupo e a uma pessoa indígenas.

Fontes

Diário do Iguçu. Chapecó. RedeComSC, 2001-2017. Acervo pesquisado na Biblioteca Pública Municipal Neiva Maria Andreatta Costella, Chapecó (SC).

Referências

- CARBONERA, Mirian; LINO, Jaisson Teixeira; ONGHERO, André Luiz. Um passado distante, um patrimônio presente: o povoamento pré-colonial de Chapecó. In: _____ et al. (org.). *Chapecó 100 anos: histórias plurais*. Chapecó, SC: Argos, 2017. p. 19-58.
- COELHO, Fabiano. As charges e suas potencialidades como fonte histórica. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 13., 2016, Coxim (MS). *Anais... ANPUH- MS. Coxim (MS)*: Anpuh, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1478183576_ARQUIVO_TextoCompleto-ANPUH-2016-AsChargesesuasPotencialidadescomoFontesHistoricas.pdf. Acesso em: dez. 2019.
- COSTA, Ricardo Weibe Nascimento. Todo dia é dia de índio. In: FREITAS, Geovani Jacó de et al. *Respeitar as diversidades e combater as desigualdades*. Fascículo 2. Fortaleza: Expressão, 2009. p. 23-38.
- FACCO, Janete; LEMES, Loivo Antonio; PIOVEZANA, Leonel. O índio, a aldeia e o urbano na formação socioespacial de Chapecó (SC). In: *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 21, n. 29, p. 183-205, 2008.
- FERNANDES, Ricardo Cid; PIOVEZANA, Leonel. Perspectivas kaingangas sobre o direito territorial e ambiental no sul do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 115-132, 2015.
- GIARETTA, Jéssica Alberti; LINO, Jaisson Teixeira. Lugares de memória e resignificação cultural na Terra Indígena Toldo Pinhal. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, n. 31, v. 1, p. 124-137, 2018.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução de Daniel Miranda e William de Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Apicuri, 2016. 260 p.
- LANGER, Protasio Paulo; CEMIN, Valdir. Conflitos étnicos no oeste de Santa Catarina: diáspora e reagrupamento no Araçá. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 17, n. 18, p. 243-260, 2003.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. 120 p.
- LINO, Jaisson Teixeira. O povoamento indígena no sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo Afonso (org.). *História da Fronteira Sul*. Chapecó: UFFS, 2015. p. 92-108.
- NACKE, Anelise et al. Os kaingangas no Oeste Catarinense: tradição e atualidade. Chapecó: Argos, 2007. 158 p.
- NACKE, Aneliese; BLOEMER, Neusa Maria Sens. As áreas indígenas kaingangas no Oeste Catarinense. In: _____ et al. *Os kaingangas no Oeste Catarinense: tradição e atualidade*. Chapecó: Argos, 2007. p. 43-78.
- PIOVEZANA, Leonel; FACCO, Janete; ONGHERO, André Luiz. Indígenas em Chapecó: resistência centenária. In: CARBONERA, Mirian et al. (org.). *Chapecó 100 anos: histórias plurais*. Chapecó: Argos, 2017. p. 159-180.
- ROCHA, Douglas Sartirio. “Tensão contínua no Oeste”: história e representações da disputa de terra em Sede Trentin/Toldo Chimbangue nas páginas de O Estado (1982-1985). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.
- TOMMASINO, Kimiye; ALMEIDA, Ledson Kurtz de. Territórios e territorialidades kaingangas: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. *Cadernos Uninter*, Londrina (PR), v. 19, n. 2, p. 18-42, 2014.

Recebido em 10/6/2020
Aprovado em 21/6/2021